



Educação, Informação Comunicação e Saúde: Proteções contra a DESINFORMAÇÃO

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO**

**EIXO TEMÁTICO: GT 5 – TEMAS LIVRES EM DESINFORMAÇÃO, CIÊNCIA E
SAÚDE**

CAPACITISMO E SUPERDOTAÇÃO: Entre a Invisibilidade e a Desinformação na
Sociedade

ABLEISM AND GIFTEDNESS: *Giftedness: Between Invisibility and Misinformation
in Society*

ATENÇÃO: NÃO IDENTIFICAR O TRABALHO PARA SUBMETER À AVALIAÇÃO

Modalidade: texto completo

Resumo:

A presente pesquisa aborda o capacitismo e a desinformação no contexto das altas habilidades/superdotação, problematizando como esses fenômenos impactam a inclusão social, educacional e a saúde mental desse grupo. O objetivo principal é analisar as interfaces entre capacitismo, desinformação e superdotação, identificando mecanismos de exclusão e propondo estratégias para uma abordagem mais inclusiva e baseada em evidências. O estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica sistemática de artigos acadêmicos indexados em bases como SciELO e PubMed, além da análise de documentos legais e políticas públicas recentes. Os resultados evidenciam que o capacitismo, tradicionalmente associado à deficiência, também afeta pessoas superdotadas ao invisibilizar suas necessidades específicas e reforçar estigmas sociais. A desinformação agrava esse cenário ao dificultar a identificação precoce, o encaminhamento adequado e o acesso a serviços especializados, resultando em diagnósticos equivocados e impactos negativos à saúde mental. O estudo destaca ainda a importância de estratégias interdisciplinares, como o Desenho Universal para Aprendizagem e a promoção do letramento midiático, para refletir a respeito de práticas capacitistas e promover ambientes educacionais mais equitativos. Considera-se, por fim, que a superação desses desafios requer políticas públicas integradas, formação continuada de profissionais e comunicação científica qualificada, visando garantir o pleno desenvolvimento e a inclusão social de pessoas com altas habilidades/superdotação.

Palavras-chave: capacitismo; altas habilidades/superdotação; desinformação.

Abstract:

This research addresses ableism and misinformation in the context of giftedness/high abilities, problematizing how these phenomena impact the social and educational inclusion as well as the mental health of this group. The main objective is to analyze the intersections between ableism, misinformation, and giftedness, identifying mechanisms of exclusion and proposing strategies for a more inclusive and evidence-based approach. The study adopts a qualitative methodology, grounded in a systematic literature review of academic articles indexed in databases such as SciELO and PubMed, alongside an analysis of recent legal documents and public policies. The results reveal that ableism, traditionally associated with disability, also affects gifted individuals by rendering their specific needs invisible and reinforcing social stigmas. Misinformation exacerbates this scenario by hindering early identification, appropriate referral, and access to specialized services, resulting in misdiagnoses and negative impacts on mental health. The study further highlights the importance of interdisciplinary strategies, such as Universal Design for Learning and the promotion of media literacy, to reflect on ableist practices and foster more equitable educational environments. Finally, it is considered that overcoming these challenges requires integrated public policies, ongoing professional training, and qualified scientific communication, aiming to ensure the full development and social inclusion of people with high abilities/giftedness.

Keywords: ableism; gifted/high-ability; misinformation.

ESTRUTURA DO TRABALHO COMPLETO

1. Introdução

A sociedade contemporânea enfrenta desafios complexos relacionados à inclusão, diversidade e ao enfrentamento à desinformação. No debate mais amplo sobre desinformação e a qualidade da informação, é possível destacar consequências perversas nesse processo, como o acesso negligenciado à informação de qualidade, fragmentos informacionais (pouca informação) e, ainda, informações que não se baseiam na realidade: “No Brasil, as múltiplas interações que os sujeitos mantêm com o mundo e com os outros sujeitos mostram que eles estão, quase sempre, submetidos à desinformação ou pouca informação” (Aquino, 2007). No contexto das pessoas superdotadas, uma questão frequentemente negligenciada é o capacitismo — forma de preconceito e discriminação baseada em ideias equivocadas acerca das habilidades e capacidades humanas (Silva; Costa, 2020). Embora o capacitismo seja comumente associado a deficiências, ele também se manifesta em relação à superdotação, perpetuando estigmas e distorções que afetam diretamente a vida dessas pessoas (Fleith, 2020).

A desinformação configura-se como um desafio crítico para todos os campos do conhecimento, em nível global, e ainda mais desafiador para a saúde pública e a

formulação de políticas públicas, especialmente em contextos onde a circulação de informações falsas ou distorcidas compromete a compreensão e a adesão da população a medidas essenciais de proteção e atenção primária à Saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a desinformação como uma das principais ameaças à saúde global, uma vez que ela mina a confiança nos sistemas de saúde, nos profissionais e nas evidências científicas, dificultando a resposta eficaz a crises sanitárias (Brasil, 2024). No Brasil, esse fenômeno tem repercussões diretas a respeito dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), como a universalidade, equidade e integralidade, pois a desinformação fragiliza o direito à informação qualificada e amplifica a vulnerabilidade de grupos sociais com acesso desigual a serviços e conhecimento.

As consequências da desinformação para a saúde pública são múltiplas e graves. Exemplo disso é o movimento antivacinas que tem ganhado força em muitos países, inclusive no Brasil, e contribuído para o ressurgimento de doenças erradicadas (APS et al., 2018). A complexidade e extensão desse fenômeno, também associado à Infodemia, que a Organização Mundial de Saúde conceituou como uma sobrecarga de informações – incluindo informações falsas ou desinformação (OMS, 2021) – que não só geram confusão e pânico na população, mas também contribuem para a hesitação vacinal, o retorno de doenças erradicadas, como o sarampo, e a adoção de práticas terapêuticas inadequadas que podem agravar quadros clínicos (Conass, 2021). Além disso, o impacto da desinformação transcende o âmbito individual, afetando os determinantes sociais da saúde, como renda, educação e coesão social, e sobrecarregando os sistemas de saúde, que precisam investir recursos adicionais em comunicação de risco e atendimento a consequências evitáveis (Conass, 2021). A desinformação também compromete a legitimidade das políticas públicas e a confiança da população nas instituições, dificultando a implementação de ações eficazes e a participação cidadã no controle social da saúde (Cugler, 2024).

No âmbito da formulação de políticas públicas, a desinformação representa um desafio complexo que compromete a eficácia das estratégias governamentais, especialmente em saúde pública. A manipulação da realidade informacional distorce a percepção social acerca dos problemas de saúde, influenciando negativamente a opinião pública e impactando a tomada de decisões políticas que deveriam ser fundamentadas em evidências científicas robustas e orientadas pelo interesse coletivo (Oliveira, 2020).

A disseminação de informações falsas, especialmente em ambientes digitais, tem efeitos deletérios acerca da confiança nas instituições, o acesso aos serviços de saúde e a coesão social. Estudos mostram que a desinformação mina a confiança da população nos profissionais de saúde, prejudicando a adesão a medidas preventivas como vacinação, distanciamento social e higienização, prolongando pandemias e provocando o ressurgimento de doenças controladas. A hesitação vacinal, amplificada por narrativas conspiratórias nas redes sociais, é um exemplo claro do impacto negativo da desinformação em saúde pública (Santos et al., 2023).

Entre os temas que ainda sofrem com a escassez de informação qualificada e com a reprodução de estigmas sociais está o capacitismo, frequentemente limitado ao debate sobre deficiências visíveis, em detrimento de outras condições igualmente atravessadas por preconceito e invisibilização, como a superdotação. Embora a superdotação não seja tradicionalmente reconhecida como uma deficiência, ela também pode gerar barreiras à inclusão quando compreendida de forma reducionista ou estigmatizada. Nesse sentido, este artigo propõe ampliar o debate sobre o capacitismo, considerando as múltiplas formas de expressão da capacidade humana e seus impactos nas trajetórias educacionais e sociais de indivíduos superdotados.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de ampliar o debate na temática do capacitismo para além do enfoque tradicional nas deficiências, incorporando a superdotação como uma condição que também sofre com preconceitos e invisibilização. O estudo busca, portanto, identificar os mecanismos pelos quais o capacitismo se manifesta nesse contexto e suas consequências para a inclusão social e educacional. O objetivo geral é analisar as interfaces entre capacitismo e superdotação, contribuindo para a construção de políticas e práticas mais inclusivas e informadas, que respeitem a diversidade das capacidades humanas. A metodologia do estudo consiste em revisão bibliográfica e análise crítica de literatura especializada, legislação e documentos oficiais, articulando perspectivas das áreas da saúde, educação e políticas públicas.

Diante desse cenário, a pesquisa a respeito do capacitismo e superdotação deve considerar o papel da desinformação como um elemento que contribui para a invisibilidade e o preconceito contra pessoas superdotadas, afetando sua saúde mental, social e educacional. A falta de informação correta e acessível das características e necessidades desse grupo reforça estigmas e dificulta a formulação de políticas públicas inclusivas e eficazes. Portanto, compreender os impactos da

desinformação é fundamental para ampliar a inclusão social e garantir o direito à saúde e à educação de qualidade para todos.

2. Capacitismo: Definição e Ampliação do Conceito

O conceito de capacitismo tem sido amplamente discutido no campo dos estudos da deficiência, sendo entendido como um sistema de opressão que hierarquiza corpos e mentes com base em uma norma de funcionalidade física, cognitiva e comportamental. De acordo com Campbell (2008), o capacitismo diz respeito a uma rede de crenças, processos e práticas em que corpos com características diferenciadas daqueles considerados normais são marginalizados, pois a deficiência é apresentada como um estado diminuído do ser humano.

Tradicionalmente, capacitismo refere-se à discriminação contra pessoas com deficiência, promovendo uma visão normatizada de corpo e mente (Diniz, 2007). No entanto, estudiosos têm ampliado o conceito para incluir qualquer julgamento baseado em uma suposta "capacidade ideal", marginalizando tanto aqueles que têm dificuldades quanto aqueles que possuem habilidades acima da média, como é o caso dos superdotados (Silva; Costa, 2020).

Entre as abordagens críticas que buscam desnaturalizar a exclusão de sujeitos considerados “fora da norma”, Vendramin (2019, p. 17) destaca que o capacitismo não se restringe às políticas institucionais, mas se manifesta também nas práticas cotidianas e nos discursos simbólicos que reforçam a inferiorização das pessoas com deficiência. A autora observa que essa forma de discriminação parte da suposição de que determinadas características corporais definem esses indivíduos como intrinsecamente menos capazes, o que contribui para o fortalecimento de barreiras sociais e institucionais que limitam sua participação plena na vida coletiva.

Na mesma direção Skliar (1999) propõe um deslocamento epistemológico: em vez de compreender a deficiência como uma condição essencialmente biológica ou individual, é necessário reconhecê-la como produto de construções discursivas e socioculturais “A deficiência não é um problema dos deficientes ou de suas famílias ou dos especialistas. A deficiência está relacionada com a própria ideia da normalidade e com sua historicidade” (p. 18). Dessa forma, a superdotação, embora geralmente associada a altas capacidades, também pode ser foco de exclusão quando não se alinha às expectativas normativas de desempenho e comportamento. Ao desafiar a média, esses sujeitos frequentemente enfrentam incompreensão e

reducionismo, revelando como o capacitismo opera não apenas pela negação da deficiência, mas também pela recusa da diferença.

O contexto de exclusão simbólica e estrutural, que afeta tanto pessoas com deficiência quanto indivíduos superdotados, é agravado por lacunas informacionais que perpetuam estigmas, estereótipos e incompreensões. Assim, o acesso à informação qualificada e à produção de conhecimento crítico torna-se um dos pilares centrais para o enfrentamento do capacitismo em suas múltiplas expressões. Nesse sentido, é relevante destacar a contribuição da área dos estudos da informação, que tem como objetivo o estudo sobre os fluxos e usos da informação no contexto social.

Essa visão estereotipada considera desvios da "norma" como problemáticos, seja por limitação ou por excesso, criando barreiras atitudinais e institucionais. No caso da superdotação, o capacitismo se manifesta na forma de expectativas irrealistas, negação das necessidades específicas e até invisibilização (Fleith, 2020).

A discussão acerca do capacitismo no contexto das pessoas superdotadas revela uma dimensão ainda pouco explorada, mas de grande relevância social e acadêmica. Tradicionalmente, o capacitismo tem sido associado à discriminação contra pessoas com deficiência, caracterizando-se pela subestimação e exclusão baseada em preconceitos acerca das limitações físicas ou mentais (Gonçalves; Bernardes, 2021). Contudo, essa forma de opressão também se manifesta em relação à superdotação, configurando uma invisibilidade e desinformação que dificultam o reconhecimento e atendimento das necessidades específicas desse grupo (Fleith, 2020; Silva; Costa, 2020). Esse fenômeno contribui para a marginalização de indivíduos que, apesar de suas capacidades elevadas, enfrentam barreiras sociais e educacionais que comprometem seu desenvolvimento integral. Um exemplo claro desse fenômeno no ambiente escolar é o caso de crianças superdotadas que, apesar de suas capacidades cognitivas elevadas, enfrentam marginalização devido à falta de preparo das escolas para atender suas necessidades específicas. Essas crianças frequentemente se desinteressam das atividades convencionais, que não correspondem ao seu nível de desenvolvimento, o que pode levar a comportamentos considerados problemáticos, como agitação, desregulação emocional e até agressividade.

O capacitismo estrutural está presente em regras e normativos que discriminam e negam direitos dentro de instituições governamentais, empresas e serviços públicos, perpetuando desigualdades e exclusão social. No mercado de trabalho, o capacitismo

se manifesta na exclusão velada, pois muitos corpos são considerados incapazes ou descartáveis, o que reforça a marginalização e a violência simbólica contra pessoas com deficiência (Thalita; Nobre, 2024). Além disso, políticas públicas como o Decreto nº 10.502/2020 e a Política Nacional de Educação Especial (PNEE 2020) refletem pressupostos capacitistas ao legitimar a segregação escolar e ao manter a visão médica da deficiência, que ignora as barreiras sociais e ambientais enfrentadas pelas pessoas com deficiência (Lima; Ferreira; Lopes, 2023).

No âmbito institucional, o capacitismo se manifesta por meio de barreiras físicas, comunicacionais, metodológicas e atitudinais que dificultam o acesso das pessoas com deficiência a serviços públicos, educação, mercado de trabalho e saúde, perpetuando sua exclusão social. A ausência de adaptações em ambientes públicos e privados, a falta de políticas inclusivas e a resistência cultural em reconhecer a diversidade funcional reforçam a invisibilidade das demandas desse grupo, comprometendo a efetividade das políticas públicas (Baron, 2022; Fernandes; Silva, 2023).

No contexto educacional, o capacitismo estrutural se evidencia na falta de metodologias inclusivas e recursos pedagógicos adaptados, o que limita o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, gerando exclusão e evasão escolar (Areas; Roldi, 2023). A resistência cultural em reconhecer a diversidade funcional como parte da condição humana contribui para a manutenção dessas barreiras, dificultando a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão efetiva (Areas; Roldi, 2023).

Além disso, a falta de *accountability* social e a baixa prioridade dada à acessibilidade em serviços públicos evidenciam essa problemática, como demonstrado em estudos a respeito dos canais de ouvidoria e atendimento ao cidadão, que frequentemente não consideram as especificidades das pessoas com deficiência (Rodrigues; Pereira, 2023). Portanto, o enfrentamento do capacitismo na formulação de políticas públicas exige uma reestruturação dos paradigmas normativos que orientam a elaboração, implementação e avaliação dessas políticas.

3. Superdotação e Estigmas Sociais

A superdotação, muitas vezes, é romantizada como um "dom" ou "benção", ignorando suas complexidades. Pessoas superdotadas podem enfrentar dificuldades emocionais, sociais e educacionais devido à falta de reconhecimento e suporte

adequado (Fleith, 2020). Há uma falsa crença de que sua alta capacidade intelectual elimina qualquer outra forma de vulnerabilidade, o que alimenta preconceitos e negligências institucionais. Além disso, existe o mito do "gênio solitário" ou da "criança prodígio", que reforça a ideia de que superdotados são antissociais, arrogantes ou que não precisam de ajuda. Essa visão reducionista é uma forma sutil de capacitismo, pois invalida a pluralidade de experiências dessas pessoas (Pérez, 2017).

A teoria dos Três Anéis de Renzulli e Reis (2014) destaca que a superdotação resulta da interseção entre habilidades acima da média, compromisso com a tarefa e criatividade, o que exige um olhar multifacetado para sua identificação e suporte. Entretanto, a falta de compreensão adequada em relação a essas características leva a um capacitismo velado, que ignora as vulnerabilidades socioemocionais e cognitivas desses indivíduos, como o assincronismo e a sensibilidade exacerbada, que podem ser confundidos com problemas comportamentais ou emocionais (Virgolim, 2018; Paludo, 2018).

O conceito de AH/SD está relacionado com uma capacidade acima da média, tanto no que se refere às habilidades gerais como também as específicas, explicada por Virgolim (2007, p.36) como a “capacidade de utilizar o pensamento abstrato ao processar informação e de integrar experiências que resultem em respostas apropriadas e adaptáveis a novas situações”. Muitas vezes, apesar de ter ótimo nível cognitivo e desempenho acadêmico, alguns podem apresentar desafios comportamentais no contexto escolar. De acordo com Lopes (2018), existem alguns estudantes que se sentem ‘diferentes’, afastando-se dos colegas de turma ou negando suas habilidades.

No Brasil, a legislação vigente, como a Lei nº 13.935/2019, reconhece as altas habilidades e superdotação (AH/SD) como condição que demanda políticas educacionais específicas, porém a implementação dessas políticas ainda é insuficiente e permeada por desinformação. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, conforme a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, são considerados alunos com altas habilidades/superdotação aqueles que demonstram grande facilidade de aprendizagem, o que os leva a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. Um exemplo deste fato, é que o Censo Escolar de 2022 identificou 26.815 alunos com altas habilidades/superdotação matriculados nas escolas brasileiras, um número que, embora represente um avanço, é considerado subnotificado frente à estimativa de que cerca de 5% da população

escolar (aproximadamente 2,3 milhões de estudantes) possuam AH/SD, conforme dados do Ministério da Educação e da Organização Mundial da Saúde. Cabe ressaltar que a identificação e o atendimento desses alunos ainda enfrentam desafios, como a exigência de laudos psicológicos caros e a falta de capacitação dos profissionais da educação e de cursos de formação voltados à temática, o que prejudica o registro adequado no Censo Escolar e o acesso a recursos para programas especializados.

Cumprе salientar que os alunos com AH/SD pertencem à Educação Especial porque apresentam necessidades educacionais específicas que demandam atendimento diferenciado no ambiente escolar. Assim, alunos com AH/SD têm direito ao suporte necessário para que possam atingir seu pleno desenvolvimento, evitando o desinteresse e a evasão escolar.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), os alunos com AH/SD são parte do público-alvo da Educação Especial, junto com alunos com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses alunos se beneficiam do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa complementar e/ou suplementar a formação escolar com ações que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades. O objetivo da Educação Especial não é apenas corrigir déficits, mas também promover o pleno desenvolvimento das capacidades dos estudantes.

4. Desinformação e Suas Consequências

A desinformação é um fator central na perpetuação dos estigmas anteriormente descritos. A sociedade consome informações simplificadas ou sensacionalistas no que diz respeito a superdotação, o que dificulta a construção de uma compreensão mais profunda e empática do tema (Wardle; Derakhshan, 2017). Essa desinformação circula em redes sociais, mídia tradicional e até em ambientes acadêmicos, criando um ciclo de invisibilização e preconceito.

Desta forma, exemplos comuns de desinformação incluem a confusão entre superdotação e desempenho escolar excepcional (Fleith, 2020), a crença de que superdotados “se viram sozinhos” e, portanto, não necessitam de apoio, a ignorância quanto à existência de superdotados com deficiências (Pérez, 2017) e a romantização do sofrimento psíquico como “parte do preço do talento”.

De acordo com Winner (1996, p. 15), os mitos atrapalham porque distorcem a concepção sobre a pessoa e estão de acordo com opiniões advindas do senso

comum. A autora lista um mito de que “crianças superdotadas se tornam adultos eminentes”, pois isso dependerá de fatores sociais, culturais, pessoais, de oportunidades e estímulos, recebidos ao longo de uma vida. Ser superdotado não é fator de sucesso eminente.

A desinformação constitui um fator crítico que agrava a invisibilidade e os estigmas associados à superdotação, impactando diretamente a saúde pública e a formulação de políticas inclusivas. A circulação de informações simplificadas, equivocadas ou sensacionalistas acerca da superdotação, amplificada por redes sociais e até por discursos acadêmicos inadequados, alimenta um ciclo de preconceito e exclusão (Wardle; Derakhshan, 2017). Essa desinformação não apenas impede o reconhecimento adequado das necessidades específicas das pessoas superdotadas, mas também compromete sua saúde mental, elevando o risco de transtornos como ansiedade, depressão e isolamento social, conforme demonstrado em estudos recentes (Fleith, 2020; Olzeni Ribeiro, 2025).

Na esfera da saúde pública, a desinformação exerce efeitos devastadores ao influenciar negativamente a percepção social e institucional sobre grupos vulneráveis, como pessoas superdotadas que, apesar de suas habilidades cognitivas elevadas, podem apresentar vulnerabilidades emocionais e sociais que demandam suporte especializado. Estudos indicam que indivíduos superdotados podem manifestar sintomas de ansiedade, depressão e estresse, muitas vezes agravados por fatores como *bullying* e isolamento social, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que considerem essas especificidades e promovam suporte psicossocial adequado (Barbosa; Capellini; Bolsoni-Silva, 2022; Oliveira; Almeida, 2023).

A ausência de informação qualificada dificulta a identificação precoce e o encaminhamento adequado, resultando em diagnósticos equivocados e tratamentos inadequados, que podem agravar quadros clínicos e gerar consequências a longo prazo para o indivíduo e para a coletividade. Conforme destaca Fleith (2025), a superdotação deve ser compreendida como um processo em desenvolvimento, no qual o ambiente e o suporte adequado são fundamentais para o florescimento do potencial do indivíduo.

5. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza teórica e documental, baseada em revisão crítica da literatura acadêmica recente, documentos oficiais e

relatórios institucionais nacionais e internacionais. A análise foca na ampliação do conceito de capacitismo para além das deficiências, incorporando a superdotação na avaliação dos impactos da desinformação sobre a saúde mental, educação e políticas públicas relacionadas.

5.1 Etapas da Pesquisa

Para a organização e o gerenciamento das fontes utilizadas na pesquisa, foi empregado o *software* Zotero, uma ferramenta de código aberto amplamente utilizada na gestão de referências bibliográficas. O Zotero foi essencial para o armazenamento, categorização e anotação das obras acadêmicas, documentos oficiais e relatórios institucionais nacionais e internacionais consultados. A plataforma permitiu a sistematização da literatura por meio de pastas temáticas, etiquetas e anotações, facilitando a realização da revisão crítica. Além disso, a funcionalidade de geração automática de citações e referências, adaptada ao estilo ABNT, contribuiu para a padronização e precisão das indicações bibliográficas ao longo do texto. O uso do Zotero também possibilitou maior agilidade e controle na atualização e recuperação das fontes durante todas as etapas da pesquisa, garantindo transparência e rigor metodológico no tratamento dos dados documentais.

6. Interseções e Discussão dos dados

O reconhecimento e a garantia de direitos educacionais para estudantes com AH/SD encontram respaldo em diversas legislações brasileiras. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 208, inciso III, o dever do Estado em assegurar o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência e aos superdotados, preferencialmente na rede regular de ensino. Complementando a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) define que a Educação Especial se destina a educandos com necessidades especiais, incluindo aqueles com AH/SD. Além disso, prevê, no artigo 59, a obrigatoriedade de oferecer programas de enriquecimento curricular para garantir o pleno desenvolvimento das potencialidades desses alunos. A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, consolida a definição de alunos com altas habilidades/superdotação como aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica,

liderança, psicomotricidade e artes. A normativa destaca ainda a necessidade de ações pedagógicas específicas para o estímulo e desenvolvimento desses talentos.

No mesmo sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça o atendimento especializado aos estudantes superdotados, orientando a oferta de serviços e recursos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades. Ademais, o Decreto nº 7.611/2011 regulamenta o atendimento educacional especializado no âmbito da Educação Especial, assegurando que os alunos com AH/SD tenham direito a serviços e recursos de acessibilidade e ao atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar. Por fim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), ao reforçar o direito à educação inclusiva, contribui para a proteção legal desse grupo, garantindo-lhes a igualdade de oportunidades e a eliminação de barreiras no ambiente escolar.

Dessa forma, observa-se que o ordenamento jurídico brasileiro reconhece a singularidade dos educandos com altas habilidades/superdotação, promovendo políticas públicas voltadas à sua inclusão e ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Entretanto, mesmo diante desse arcabouço legal, ainda persiste uma significativa invisibilidade quanto aos direitos, características, processos de diagnóstico e estratégias de manejo das pessoas com AH/SD. Muitos profissionais da educação não possuem a formação necessária para identificar e atender adequadamente esses estudantes, o que contribui para a manutenção de estereótipos e para a subnotificação de casos (Pérez; Freitas, 2021). Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas mais efetivas, ações de conscientização e formação continuada de educadores, a fim de promover uma inclusão escolar verdadeiramente equitativa e respeitosa das singularidades desses indivíduos.

O presente artigo aprofunda o entendimento a respeito das interseções entre capacitismo, superdotação e desinformação, preenchendo lacunas relevantes na literatura ao demonstrar como esses fenômenos se entrelaçam e impactam negativamente a formulação de políticas públicas, as práticas educacionais e a saúde mental dos indivíduos superdotados (Silva; Costa, 2020). Ao contrário de estudos que restringem o capacitismo ao contexto das deficiências, esta análise amplia o debate ao abordar as especificidades da superdotação, evidenciando o capacitismo velado que distorce as necessidades desse grupo e dificulta o reconhecimento de seus direitos (Fleith, 2020; Gonçalves; Bernardes, 2021).

A perpetuação de mitos, como a crença de que superdotados são autossuficientes ou que o sofrimento psíquico é um preço inerente ao talento, contribui para a negligência institucional e exclusão social, retardando diagnósticos e agravando vulnerabilidades emocionais e cognitivas (Pérez, 2017; Olzeni Ribeiro, 2025). Esse tipo de desinformação compromete a formulação e implementação de políticas públicas eficazes, pois fomenta resistência social e dificulta a mobilização de recursos para programas educacionais e de saúde voltados a altas habilidades, de acordo com Fleith, 2020.

7. Propostas para Implementação

O estudo destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, articulando saúde, educação e políticas públicas para garantir atendimento especializado e adaptado às demandas das pessoas com altas habilidades, conforme proposto em recentes iniciativas legislativas que reconhecem a superdotação como condição que demanda políticas públicas específicas. Essa integração é crucial para superar o capacitismo institucional, presente em práticas educacionais padronizadas e na ausência de adaptações curriculares inclusivas, permitindo o desenvolvimento pleno do potencial desses indivíduos (Freitas; Pérez, 2010).

Uma contribuição inovadora deste trabalho é a proposição de um modelo de intervenção educacional fundamentado no Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), que visa eliminar barreiras e promover a participação efetiva de estudantes superdotados, alinhando-se a práticas anticapacitistas que valorizam a diversidade cognitiva e emocional (Gesser, 2020). A adoção desse modelo pode reduzir a exclusão escolar, melhorar a saúde mental desses alunos e fomentar um ambiente educacional mais equitativo.

Adicionalmente, a implementação de planos educacionais individualizados (PEIs) específicos para alunos com altas habilidades, aliados a programas estruturados de educação socioemocional, pode ampliar o suporte integral, favorecendo tanto o desempenho acadêmico quanto o bem-estar psicológico desses estudantes. Além disso, o estímulo ao aprendizado baseado em projetos colaborativos e a promoção de ambientes educacionais que valorizem a diversidade cognitiva e emocional podem contribuir para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e equitativa.

Outra sugestão seria a proposição de um curso de formação com a temática “Capacitismo e Altas Habilidades/Superdotação”, com o objetivo de promover o letramento midiático e capacitar educadores, gestores e profissionais da área da educação para identificar e refletir acerca de práticas capacitistas, além de desenvolver competências para a inclusão efetiva desses estudantes, além de compreender as características e necessidades de estudantes com AH/SD. Tal curso contribuiria para a reflexão crítica sobre os estereótipos e preconceitos que permeiam a educação de pessoas com altas habilidades, promovendo metodologias pedagógicas inclusivas que valorizem a diversidade funcional e intelectual, conforme apontam estudos que destacam a necessidade de formação docente específica para enfrentar o capacitismo no ambiente escolar (Ferreira et al., 2023; Serafim; Silva, 2021).

Além disso, a pesquisa evidencia que o enfrentamento do capacitismo e da desinformação é indispensável para a construção de políticas públicas inclusivas, que reconheçam e valorizem a diversidade das capacidades humanas (Diniz, 2007; Fleith, 2020). Ao preencher lacunas a respeito das consequências da desinformação na saúde mental e na educação de pessoas superdotadas, o estudo oferece subsídios teóricos e práticos para a formulação de estratégias integradas de inclusão e promoção da equidade, destacando a urgência de políticas baseadas em evidências e comunicação científica qualificada.

Outrossim, a literatura aponta que indivíduos superdotados podem apresentar maior vulnerabilidade a questões como ansiedade, depressão e estresse, especialmente quando suas necessidades específicas não são reconhecidas ou atendidas adequadamente no ambiente educacional e social (Oliveira; Almeida, 2023). Além disso, a desinformação contribui para a perpetuação de mitos e estigmas que dificultam o desenvolvimento pleno desses indivíduos, reforçando a importância de políticas públicas que promovam o conhecimento científico e o suporte psicossocial adequado (Gonçalves; Silva, 2023).

Sugere-se, para futuras pesquisas, a investigação de como as redes sociais desempenham, simultaneamente, o papel de espaço para a disseminação de mitos e a circulação de informações qualificadas acerca da superdotação. Esse estudo poderia aprofundar a compreensão dos efeitos dessas dinâmicas na construção da percepção social sobre as pessoas com AH/SD, bem como na ampliação ou restrição do acesso a recursos, serviços especializados e políticas públicas de apoio.

8. Considerações Finais

Cabe destacar que refletir sobre o capacitismo relacionado à superdotação exige uma abordagem crítica frente à desinformação (Wardle; Derakhshan, 2017). É fundamental promover a educação midiática, investir em formação de profissionais da educação e saúde, e fomentar uma cultura de respeito à diversidade das capacidades humanas. A desconstrução de estereótipos e a disseminação de informações corretas são passos essenciais para uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todos, independentemente de suas capacidades, possam ter seu potencial reconhecido e desenvolvido (Fleith, 2020).

A análise realizada ao longo deste artigo evidencia que o capacitismo, ao operar como um sistema estruturado de preconceitos e discriminações, exerce um impacto profundo e multifacetado a respeito da experiência das pessoas superdotadas, especialmente quando associado à desinformação disseminada socialmente. A invisibilidade e os estigmas gerados por essa interseção comprometem não apenas o reconhecimento das necessidades específicas desse grupo, mas também sua saúde mental e social, perpetuando exclusões que se refletem nas políticas públicas e nas práticas educacionais (Silva; Costa, 2020; Fleith, 2025).

Ao abordar as consequências da desinformação na saúde mental e na educação de pessoas superdotadas, o estudo contribui para o avanço científico ao preencher lacunas importantes, ressaltando a necessidade urgente de estratégias integradas que envolvam educação, comunicação científica e formulação de políticas públicas baseadas em evidências atualizadas. Conforme apontam pesquisas recentes, a desinformação pode agravar vulnerabilidades emocionais desses indivíduos e dificultar o reconhecimento e atendimento adequados, o que reforça a importância de intervenções educacionais e políticas públicas fundamentadas em conhecimento científico qualificado (Nóbrega; Castro; Benite, 2021).

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. A. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000300002>. Acesso em: 29 maio 2025. APS, L. R. DE M. M, et al. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. *Revista de Saúde Pública*, v. 52, p. 40-52, 2018.

SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE: PROTEÇÕES CONTRA A
DESINFORMAÇÃO

SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025

AREAS, K. A.; ROLDI, A. P. D. P. O (anti)capacitismo na formação básica de professores: um olhar para as pessoas com deficiência na perspectiva de políticas públicas. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, v. 8, p. 8-25, 2023. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/o-anticapacitismo-na-formacao-basica-de-professores-um-olhar-para-as-pessoas-com-deficiencia-na-perspectiva-de-politicas-publicas>. Acesso em: 29 maio 2025.

BARBOSA, A. C. B.; CAPELLINI, V. L. M. F.; BOLSONI-SILVA, A. Turini. Um olhar para altas habilidades/superdotação e habilidades sociais na saúde mental e melhora da qualidade de vida. *Revista Latino-Americana de Psicologia*, v. 13, n. 1, p. 55-62, 2022. Disponível em: <https://www.lajbm.com.br/journal/article/download/694/331/2070>. Acesso em: 29 maio 2025.

BARON, Ivan. *O capacitismo em suas diferentes faces na sociedade*. 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2023/GT11/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD5_ID13355_TB2141_10122023230907.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. *Combate à desinformação na área da saúde: uma luta de todos*. Ministério da Saúde, 2024.

_____. *Políticas públicas levam acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/politicas-publicas-levam-acessibilidade-e-autonomia-para-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 16 maio 2025.

CAMPBELL, Fiona Kumari. *Refusing Able(ness): a preliminary conversation about ableism*. *M/C Journal*, [S. l.], v. 11, n. 3. 2008. DOI: <https://doi.org/10.5204/mcj.46>. Disponível em: <https://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/view/46>. Acesso em: 6 jul. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (CONASS). *Desinformação sobre a COVID-19: impactos, desafios e respostas para a Saúde Pública*. Brasília, 2021.

CUGLER, F. *Publicação mapeia potenciais impactos da desinformação na gestão pública*. São Paulo: USP/FGV, 2024.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FERNANDES, M.; SILVA, R. Barreiras arquitetônicas e comunicacionais: desafios para a inclusão de pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Estudos da Deficiência*, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eb/a/HSy9D6BjLP6P9Gv3mtBvVyn/>. Acesso em: 29 maio 2025.

FERREIRA, S. M.; BÖCK, G. L. K.; GESSER, M. A. (Re)produção do capacitismo na formação de professores da educação básica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, e280044, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/6121/6118>. Acesso em: 29 maio 2025.

FLEITH, D. S. *Superdotação: mitos e verdades*. Brasília: Edições Câmara, 2020.

_____. *Superdotação: concepções, identificação e atendimento no contexto educacional. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/jLhB95JnzHw9whTdnV96J8s/>. Acesso em: 29 maio 2025.

FREIRE, M. P. Ciência da Informação e inclusão social: desafios e perspectivas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 11, n. 1, p. 5-15, 2006.

FREITAS, P.; PÉREZ, C. Atendimento educacional especializado para as altas habilidades/superdotação: desafios e perspectivas. In: *Atendimento Educacional Especializado para as Altas Habilidades/Superdotação*. Brasília: MEC/SEESP, 2010. p. 115-

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE: PROTEÇÕES CONTRA A
DESINFORMAÇÃO**

SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025

130. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashabilidades.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

GESSER, C. Práticas pedagógicas anticapacitistas e o desenho universal para aprendizagem. *Revista Educação e Diversidade*, v. 14, n. 1, p. 45-60, 2020.

GONÇALVES, L. C.; BERNARDES, B. *O impacto do capacitismo: a discriminação contra pessoas com deficiência que amplia desigualdades*. Brasília: Ipea, 2021.

GONÇALVES, A.; SILVA, R. Altas habilidades/superdotação: desafios para a saúde mental e educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/6vmCPZQLxVGPGMPnGN799tF/>. Acesso em: 29 maio 2025.

LIMA, A. S.; FERREIRA, M. A.; LOPES, R. A influência do capacitismo no Decreto nº 10.502 e na Política Nacional de Educação Especial. *Educação e Pesquisa*, 2023.

LOPES, A. *A criança com superdotação/altas habilidades: o papel da escola no desenvolvimento de talentos*. Trabalho final de curso. Serra: Faculdade Capixaba da Serra: 2018.

NÓBREGA, Lorrana Nara Naves; CASTRO, Meire Luiza de; BENITE, Cláudio Roberto Machado. Construção de um Objeto Virtual de Aprendizagem sobre Fake News na ciência para o enriquecimento curricular de alunas superdotadas. *Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)*, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enpec/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV155_MD1_SA110_ID980_29062021105255.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

OLIVEIRA, M.; ALMEIDA, F. Superdotação e saúde mental: uma revisão sobre vulnerabilidades e estratégias de apoio. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/cFcPTS7QRGqk9mKZsW5tWVz/>. Acesso em: 29 maio 2025.

OLIVEIRA, T. M. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. *Fronteiras - Estudos Midiáticos*, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020.

OLZENI RIBEIRO, O. *Neuropsicopedagoga clínica*. Entrevista sobre desafios da superdotação no Brasil. São Paulo, 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório Mundial sobre Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos. Genebra: *Organização Mundial da Saúde*, 2021. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 8 jan. 2025

PALUDO, A. R. Assincronismo e relações sociais em crianças superdotadas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, e230021, 2018.

PÉREZ, M. Superdotação e deficiência: desafios para a inclusão. *Revista de Psicologia da Educação*, v. 21, n. 1, p. 78-92, 2017.

PÉREZ, Cláudia; FREITAS, Marta. Altas habilidades/superdotação: desafios para identificação e atendimento educacional especializado. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, n. 1, p. 45-64, 2021.

PRIMERANO, J. Capacitismo: história e implicações sociais. *Revista de Direitos Humanos*, v. 18, n. 1, p. 45-62, 2022.

RENZULLI, J.; REIS, S. A teoria dos três anéis: uma abordagem para a identificação e desenvolvimento da superdotação. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 18, n. 1, p. 23-31, 2014.

RODRIGUES, M.; PEREIRA, L. Accountability social de pessoas com deficiência e barreiras para o acesso a serviços públicos. *Revista de Ciências Organizacionais*, v. 11, n. 3, 2023.

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE: PROTEÇÕES CONTRA A
DESINFORMAÇÃO**

SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025

Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2023.218207>. Acesso em: 29 maio 2025.

SANTOS, R. S. et al. Impactos da infodemia sobre a COVID-19 para profissionais de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 10, p. 3771-3782, 2023.

SERAFIM, C. R.; SILVA, M. M. Educação especial de pessoas com altas habilidades/superdotação: desafios e práticas pedagógicas. *Anais do Congresso de Educação*, 2021. Disponível em: <https://conferencia.ufla.br/ciufilasig/generateResumoPDF.php?id=223>. Acesso em: 29 maio 2025.

SILVA, A. L. da; COSTA, J. M. Capacitismo estrutural e seus reflexos na sociedade brasileira: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, p. e250089, 2020.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55373/33644>. Acesso em: 18 abr. 2020.

THALITA, J. F. S.; NOBRE, T. L. *Capacitismo no Mercado de Trabalho: Violências silenciadas*. 2024. Disponível em: <http://www.esocialbrasil.periodikos.com.br/journal/esocialbrasil/article/668b0d1aa953950ed66a6102>. Acesso em: 29 maio 2025.

VENDRAMIN, Carla. *Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL REPENSANDO MITOS CONTEMPORÂNEOS, 3., 2019, Campinas, SP. Anais [...]. Campinas, SP: UNICAMP/SOFIA, 2019. p.16-25. Disponível em: <https://www.publonline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389>. Acesso em: 6 jul.2023.

VIRGOLIM, S. M. A. *Encorajando potenciais: altas habilidades/superdotação*. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

VIRGOLIM, S. M. A. Vulnerabilidades socioemocionais em crianças superdotadas: uma abordagem contextual. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 3, p. 567-579, 2018.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WINNER, E. *Gifted Children: Myths and Realities*. New York: Basic Books, 1996.